



BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 62.375.134/0001-44

Sede: Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.309, 2ª e 3ª Andares, Vila Nova Conceição - São Paulo - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, da BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (BRAM ou Instituição), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A BRAM, gestora privada de fundos de investimento do Brasil, une a experiência de mais de 79 anos do Banco Bradesco S.A. aos seus especialistas na gestão de fundos e carteiras administradas. Oferece soluções de investimentos diferenciadas e adequadas a todos os perfis de clientes, garantindo o mais alto padrão de qualidade em serviços.

No encerramento do exercício de 2021, a BRAM possuía sob gestão R\$ 625 bilhões distribuídos em 1.977 fundos de investimento e 577 carteiras administradas, atendendo um total de 3 milhões de investidores.

No exercício de 2021, a BRAM registrou lucro líquido de R\$ 98 milhões, correspondente a R\$ 10.495,80 por lote de mil ações e patrimônio líquido de R\$ 932 milhões e ativos totais R\$ 1.107 milhões, proporcionando rentabilidade anualizada de 10,5%.

A política de dividendos da Instituição assegura aos acionistas, o dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, de 1% do lucro líquido ajustado, conforme previsto em seu estatuto social. A Instituição não possui acordo de acionistas relativo à política de reinvestimento de lucros.

Em alteração contratual de 15 de julho de 2021, deliberou-se o aumento de capital social de R\$ 65.276 milhões, mediante a capitalização de parte do saldo da conta de "reserva de lucros - legal", sem emissão de ações.

Agradecemos aos nossos clientes o apoio e confiança, e aos nossos funcionários e colaboradores a dedicação ao trabalho.

São Paulo, SP, 8 de fevereiro de 2022.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil				BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil			
	Nota	2021	2020		Nota	2021	2020
Ativo				Passivo			
Disponibilidades	4	2.246	10	Provisões		91.187	62.029
Instrumentos financeiros		1.050.776	927.842	- Outras provisões.....	10	91.187	62.029
- Títulos e valores mobiliários.....	5	1.013.555	884.605	Impostos diferidos	22e	440	407
- Outros instrumentos financeiros.....	6	37.221	43.237	Outros passivos	12	83.523	73.558
Créditos tributários	22c	36.241	24.314	Total do passivo		175.150	135.994
Imobilizado de uso	7	15.965	16.720				
Intangível	8	10.123	9.223	Patrimônio líquido			
Depreciações e amortizações		(14.945)	(13.478)	- Capital social.....	13a	430.000	364.724
- Imobilizado de uso.....	7	(7.129)	(6.665)	- Reservas de lucros.....	13b	502.424	470.787
- Intangível.....	8	(7.816)	(6.813)	Total do patrimônio líquido		932.424	835.511
Outros ativos	9	7.268	6.969				
Provisões para redução ao valor recuperável de ativos		(100)	(95)	Total do passivo e patrimônio líquido		1.107.574	971.505
Total do ativo		1.107.574	971.505				

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ACUMULADO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil			
	Nota	2º Semestre 2021	2020
Receitas da intermediação financeira		31.319	41.642
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários.....	5c	31.319	41.642
Resultado da intermediação financeira		31.319	41.642
Resultado bruto da intermediação financeira		31.319	41.642
Outras receitas/(despesas) operacionais		56.142	128.794
Receitas de prestação de serviços.....	14	187.517	369.926
Despesas de pessoal.....	15	(83.631)	(157.694)
Outras despesas administrativas.....	16	(30.527)	(51.905)
Despesas tributárias.....	17	(16.331)	(31.087)
Outras receitas operacionais.....	18	516	1.698
Outras despesas operacionais.....	19	(1.402)	(1.677)
(Despesas)/reversões de provisões.....	11b	-	(467)
- Trabalhistas.....		-	(83)
- Cíveis.....		-	(384)
- Fiscais.....		-	5.520
Resultado operacional		87.461	170.436
Resultado não operacional	20	(48)	(65)
Resultado antes da tributação sobre o lucro	22a	87.413	170.371
Imposto de renda e contribuição social.....	22a	(39.864)	(72.529)
Lucro líquido		47.549	97.842
Lucro por lote de mil ações em R\$.....		5.100,70	10.495,80

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE ACUMULADO 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil			
	Nota	2º Semestre 2021	2020
Lucro líquido do período		47.549	97.842
Itens que podem ser reclassificados para o resultado		-	-
Itens que não podem ser reclassificados para o resultado		-	-
Resultado abrangente do período		47.549	97.842

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA ACUMULADA EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil			
	Nota	2º Semestre 2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais:			
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social		87.413	170.371
Ajustes ao lucro líquido antes dos impostos:		1.260	2.957
Depreciações e amortizações.....		1.109	2.241
Constituição/(reversão) de atualização monetária com provisões trabalhistas e fiscais.....		135	694
Outros.....		16	22
Lucro líquido ajustado antes dos impostos		88.673	173.328
(Aumento)/Redução em títulos e valores mobiliários.....		(121.865)	(128.950)
(Aumento)/Redução em outros instrumentos financeiros.....		2.758	6.016
(Aumento)/Redução em outros ativos.....		1.523	(295)
Aumento/(Redução) em outras provisões.....		(16.924)	(28.468)
Aumento/(Redução) em outros passivos.....		60.687	3.641
Imposto de renda e contribuição social pagos.....		(13.290)	(21.044)
Caixa líquido proveniente(utilizado) das atividades operacionais		1.562	4.228
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:			
Aquisição de imobilizado de uso.....		-	(50)
Alienação de imobilizado de uso.....		135	135
Aquisição de intangível.....		(232)	(1.008)
Caixa líquido proveniente(utilizado) nas atividades de investimentos		(97)	(921)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:			
Dividendos pagos.....		-	(1.071)
Caixa líquido proveniente(utilizado) nas atividades de financiamento		-	(1.071)
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa		1.465	2.236
Caixa e equivalentes de caixa - início do período.....		781	10
Caixa e equivalentes de caixa - fim do período.....		2.246	10
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa		1.465	2.236

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (BRAM ou Instituição) tem como objetivo praticar operações e atividades atinentes às disposições legais e regulamentares aplicáveis às sociedades da espécie, inclusive a administração de carteira de valores mobiliários por intermédio de carteiras administradas, fundos de investimentos e outros assemelhados, além da execução de outros serviços ou atividades correlacionados à administração de recursos, podendo, para tal fim, celebrar convênios, bem como comprar e vender participações societárias e participar como sócia ou acionista de outras Sociedades.

É parte integrante da Organização Bradesco (Organização), sendo suas operações conduzidas de modo integrado a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se dos seus recursos administrativos e tecnológicos. Suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), advindas da Resolução CMN nº 4.818/20 e da Resolução BCB nº 2/20, incluindo as diretrizes emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Para a contabilização das operações, foram utilizadas as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen).

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis da Instituição evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os exercícios.

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros. As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 8 de fevereiro de 2022.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos exercícios em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Títulos e valores mobiliários - classificação

Títulos para negociação - são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício;

Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria;

Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

e) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas sobre atualização de depósitos judiciais, é registrada na rubrica "Impostos Diferidos". Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários só são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada a alíquota de 15%. Em 01 de março de 2021, foi publicada a Medida Provisória nº 1.034 ("MP"), convertida na Lei nº 14.183, em 14 de julho de 2021, que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido em cinco pontos percentuais, durante o período de 1º de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários, estão apresentados na Nota 22.

f) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade.

É demonstrado o custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: móveis de uso - 4% ao ano; instalações, móveis, equipamentos de uso, sistemas de segurança e comunicações - 10% ao ano; sistemas de transporte - 10% a 20% ao ano; e sistemas de processamento de dados - 20% a 40% ao ano, e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

g) Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

É composto por:

Software: são registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso, e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Gastos com o desenvolvimento interno de *software* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir e utilizar tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros esperados.

h) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

Os ativos, que estão sujeitos à amortização ou depreciação, são revisados para verificar seu valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda pela redução ao valor recuperável é reconhecida pelo excesso do valor contábil do ativo ou do valor contábil da sua Unidade Geradora de Caixa (UGC) sobre seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo deduzido os custos de venda.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

Eventos	Capital Social	Aumento de Capital	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Totais
			Legal	Estatutária		
Saldos em 31 de dezembro de 2019	289.924	-	28.972	404.908	-	723.804
Aumento de capital com reservas.....	74.800	-	-	(74.800)	-	-
Lucro líquido.....	-	-	-	-	112.778	112.778
Destinações: - Reservas.....	-	-	5.639	106.068	(111.707)	-
- Dividendos propostos.....	-	-	-	-	(1.071)	(1.071)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	364.724	-	34.611	436.176	-	835.511
Aumento de capital com reservas.....	65.276	-	-	(65.276)	-	-
Lucro líquido.....	-	-	-	-	97.842	97.842
Destinações: - Reservas.....	-	-	4.892	92.021	(96.913)	-
- Dividendos propostos.....	-	-	-	-	(929)	(929)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	430.000	-	39.503	462.921	-	932.424
Saldos em 30 de junho de 2021	364.724	65.276	37.126	418.201	-	885.327
Aumento de capital com reservas.....	65.276	(65.276)	-	-	-	-
Lucro líquido.....	-	-	-	-	47.549	47.549
Destinações: - Reservas.....	-	-	2.377	44.720	(47.097)	-
- Dividendos propostos.....	-	-	-	-	(452)	(452)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	430.000	-	39.503	462.921	-	932.424

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Para finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são aglutinados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos (UGC). Para finalidade de testar o valor recuperável do ágio, sujeito a um teste de teto de segmento operacional, as UGCs para as quais o ágio foi alocado são agregadas de maneira que o nível no qual o teste de valor recuperável é aplicado, reflète o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado para fins de reporte interno.

Ao avaliar o valor em uso, são utilizadas as projeções de resultados futuros baseados nos planos de negócio e orçamento, e os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente utilizando-se uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflète avaliações no mercado corrente do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou UGC. Ativos corporativos da Organização não geram fluxos de caixa separados e são utilizados por teste de uma UGC. Esses ativos são alocados às UGCs em uma base razoável e consistente, e testados para redução ao valor recuperável como parte do teste da UGC para o qual o ativo está alocado.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC) e, subsequentemente, na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de modo *pro rata*.

l) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09 e de acordo com a Carta Circular nº 3.429/10 sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas;
- Obrigações Legais: Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

j) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base *pro rata* dia).

l - Despesas antecipadas

São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registrados nos resultados de acordo com o regime da competência.

Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado, quando os bens e direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos da Instituição ou quando benefícios futuros não são mais esperados.

k) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde as atividades

BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 62.375.134/0001-44

Sede: Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.309, 2º e 3º Andares, Vila Nova Conceição - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

9) OUTROS ATIVOS

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2021	Em 31 de dezembro de 2020
Impostos e contribuições a compensar	5.985	5.143
Despesas antecipadas	786	1.183
Adiantamentos e antecipações salariais	381	526
Certificados de investimento	100	99
Obras de arte	16	16
Outros	-	2
Total	7.268	6.969

10) OUTRAS PROVISÕES

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2021	Em 31 de dezembro de 2020
Provisão para pagamentos a efetuar	85.239	56.239
Provisões fiscais	3.702	3.604
Outras provisões	1.126	1.175
Provisões trabalhistas	1.120	1.011
Total	91.187	62.029

11) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS -FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras", em razão de interpretação do artigo 224 da CLT. Considerando que a base de processos é formada, basicamente, por processos com características semelhantes e não julgados, a provisão é constituída considerando os seguintes fatores, entre outros: data da entrada dos processos (antes ou após a reforma trabalhista de novembro/2017), com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas reclamações trabalhistas encerradas nos últimos 12 meses antes e após a reforma trabalhista, correção monetária das médias apuradas.

É certo que as horas extras realizadas são controladas por meio do sistema de "ponto eletrônico" e pagas durante o curso normal do contrato de trabalho, de modo que as ações oriundas de ex-funcionários da BRAM não tem valores individualmente relevantes.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais. Não existem, em curso, processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

III - Provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

IV - Movimentação das provisões - Despesas de provisões

	R\$ mil		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais (1)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.011	-	3.604
Atualização monetária	129	-	98
Constituições líquidas de reversões e baixas	83	384	-
Pagamento	(103)	(384)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.120	-	3.702

(1) Compreende, substancialmente, Autuações de INSS sobre Aportes em Previdência Privada.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e totalizaram, em 31 de dezembro de 2021, R\$ 75 mil (Em dezembro de 2020 - R\$ 73 mil) para os processos cíveis e R\$ 65.007 mil (Em dezembro de 2020 - R\$ 57.462 mil) para os processos fiscais.

Os principais processos fiscais com essa classificação são:

- Autuações de INSS - Anos-bases de 2007 a 2009 e 2014 a 2015 relativos a valores pagos a título de Participação nos Lucros ou Resultado - PLR e aportes em planos de previdência privada, considerados pela fiscalização como verbas remuneratórias sujeitas às incidências de tais contribuições, cujo total monta em R\$ 44.976 mil (Em dezembro de 2020 - R\$ 41.567 mil); e

- Autuações de IRPJ e CSLL - Anos-bases de 2007 a 2010 relativos a valores lançados sobre glosa de amortização de ágio na aquisição de investimentos, cujo total monta em R\$ 18.256 mil (Em dezembro de 2020 - R\$ 14.170 mil).

12) OUTROS PASSIVOS

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2021	Em 31 de dezembro de 2020
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	65.515	59.466
Impostos e contribuições a recolher	13.358	11.980
Sociais e estatutárias	929	1.071
Outros	3.721	1.041
Total	83.523	73.558

13) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, no montante de R\$ 430.000 mil (em 31 de dezembro de 2020 - R\$ 364.724 mil) totalmente subscrito e integralizado, é composto por 9.322.059 (em 31 de dezembro de 2020 - 9.322.059) ações ordinárias, nominativas escriturais, sem valor nominal.

Em 16 de agosto de 2021, o Bacen homologou a AGO/AGE de 15 de junho de 2021 que deliberou o aumento do capital social, mediante a utilização de parte do saldo de Reservas de Lucros - Estatutária no montante de R\$ 65.276 mil, sem emissão de ações.

Em 05 de junho de 2020, o Bacen homologou a AGO/AGE de 30 de abril de 2020 que deliberou o aumento do capital social, mediante a utilização de parte do saldo de Reservas de Lucros - Estatutária no montante de R\$ 74.800 mil, sem emissão de ações.

b) Reservas de lucros

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2021	Em 31 de dezembro de 2020
Reservas de lucros	502.424	470.787
- Reserva legal (1)	39.503	34.611
- Reservas estatutárias (2)	462.921	436.176

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido acumulado no exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado. No caso de o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite previsto, a AGO deliberará sobre o excesso por meio da integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada período, que somados não seja inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

O cálculo dos dividendos relativo ao exercício findo em 31 de dezembro está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	% (1)
Lucro líquido	97.842	
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro	(4.892)	
Base de cálculo	92.950	
Dividendos propostos em 31 de dezembro de 2021	929	1%
Dividendos propostos em 31 de dezembro de 2020	1.071	1%

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade da média ponderada de Ações.

14) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2021	Acumulado em 31 de dezembro 2021	2020
Gestão de recursos de terceiros	187.517	369.926	366.292
Total	187.517	369.926	366.292

15) DESPESAS DE PESSOAL

	R\$ mil		
	2º Semestre 2021	Acumulado em 31 de dezembro 2021	2020
Proventos	56.948	108.595	80.634
Encargos sociais	18.764	35.210	39.018
Benefícios	7.673	13.495	14.327
Treinamento	246	394	426
Total	83.631	157.694	134.405

16) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2021	Acumulado em 31 de dezembro 2021	2020
Comunicações	6.042	14.297	15.512
Serviços de terceiros	8.787	9.954	2.792
Propaganda, promoções e publicidade	3.514	6.575	3.772
Processamento de dados	3.409	6.256	5.396
Serviços técnicos especializados	2.705	3.856	2.449
Aluguéis	1.906	3.737	3.380
Depreciações e amortizações	1.109	2.241	2.188
Manutenção e conservação de bens	156	262	266
Transportes	64	104	140
Despesas de material	27	41	50
Viagens	18	18	258
Outras	2.790	4.564	4.909
Total	30.527	51.905	41.118

17) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2021	Acumulado em 31 de dezembro 2021	2020
Contribuição à Cofins	8.678	16.318	15.453
Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISSQN	4.668	8.711	8.442
Impostos e taxas	1.575	3.406	3.407
Contribuição ao PIS	1.410	2.652	2.518
Total	16.331	31.087	29.820

18) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2021	Acumulado em 31 de dezembro 2021	2020
Reversão de provisões	179	1.134	2.132
Outras receitas financeiras	133	255	260
Atualização de depósito	145	218	196
Recuperação de encargos e despesas	59	91	2
Total	516	1.698	2.590

19) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2021	Acumulado em 31 de dezembro 2021	2020
Despesas financeiras	742	745	112
Outras provisões	186	254	385
Atualizações monetárias passivas	69	98	226
Ressarcimentos a clientes	3	17	768
Multas	-	-	6
Outras	402	563	1.278
Total	1.402	1.677	2.775

20) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	R\$ mil		
	2º Semestre 2021	Acumulado em 31 de dezembro 2021	2020
Prejuízo na alienação de outros valores e bens	48	65	101
Total	48	65	101

21) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a Resolução nº 4.818/20 do CMN. A Instituição faz parte da Organização Bradesco, que dispõe de política de transações com partes relacionadas que são divulgadas no site de Relações com Investidores. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

	R\$ mil			
	Controlador		Coligadas	
	Em 31 de dezembro de 2021	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2021	Em 31 de dezembro de 2020
Ativos				
Disponibilidades (1)	2.246	10	-	-
Passivos				
Dividendos a pagar (2)	929	1.071	-	-

	R\$ mil			
	Acumulado em 31 de dezembro			
	Controlador	Coligadas		
	Em 31 de dezembro de 2021	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2021	Em 31 de dezembro de 2020
Receitas de prestação de serviço	-	-	21.231	21.855
Despesas de alugueis	-	-	-	(1.624)
Despesas com serviços prestados (1)	(743)	(426)	-	-

(1) Controlador Indireto - Banco Bradesco S.A.; e

(2) Controlador Direto - Banco Bradesco BBI S.A.

a) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização, a ser pago aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e

A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

Para o exercício de 2021, foi determinado o valor máximo de R\$ 4.777 mil (no exercício de 2020 - R\$ 4.060 mil) para remuneração dos Administradores (proventos) é de R\$ 2.500 mil (no exercício de 2020 - R\$ 2.850 mil) para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.

Ainda em relação à remuneração da Administração, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, deve ser destinada à aquisição de ações PN do Banco Bradesco S.A., que terão sua movimentação disponível em três parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente à Resolução CMN nº 3.921/10, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores de instituições financeiras.

Remuneração de curto e médio prazo a administradores

	R\$ mil		
	2º Semestre 2021	Acumulado em 31 de dezembro 2021	2020
Remuneração e contribuição previdenciária para o INSS	4.777	4.777	3.131
Total	4.777	4.777	3.131

Benefícios pós-emprego

	R\$ mil		
	2º Semestre 2021	Acumulado em 31 de dezembro 2021	2020
Planos de previdência complementar de contribuição definida	1.940	1.940	2.850
Total	1.940	1.940	2.850

A Instituição não possui benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

22) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	R\$ mil		
	2º Semestre 2021	Acumulado em 31 de dezembro 2021	2020
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	87.413	170.371	186.594
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (Nota 3e)	(34.965)	(68.148)	(74.638)
Efeito no cálculo dos tributos:			
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(815)	(1.053)	(1.568)
Outros valores	(4.084)	(3.328)	2.390
Imposto de renda e contribuição social do período	(39.864)	(72.529)	(73.816)

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	R\$ mil		
	2º Semestre 2021	Acumulado em 31 de dezembro 2021	2020
Impostos correntes:			
Imposto de renda e contribuição social devidos	(56.911)	(84.423)	(77.322)
Impostos diferidos:			
Constituição/Realização no período sobre adições e exclusões temporárias	17.047	11.894	3.506
Total dos impostos difer			

...continuação



BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 62.375.134/0001-44

Sede: Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.309, 2ª e 3ª Andares, Vila Nova Conceição - São Paulo - SP

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Administradores da

BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("BRAM" ou "Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são os de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contulio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamos-nos com a administração e os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de março de 2022



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-028567/F

Carlos Massao Takauti
Contador - CRC 1SP206103/O-4

INFORMAÇÃO TEM EM TODO LUGAR.



INFORMAÇÃO DE VALOR, SÓ A GENTE TEM.

O Valor Econômico tem a melhor equipe de jornalistas que apura e analisa as notícias que importam para o seu negócio.

ECONÔMICO
Valor
Notícias que geram negócios.

Ligue e assine agora:

0800-701-8888

assinevalor.com.br